

## RESULTADO AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

### SENADO FEDERAL

Plenário – 28 a 29/03

Entre as matérias do Plenário, destacam-se:

- **PL 4486/2019**, que prevê atendimento telefônico diferenciado a pessoas com deficiência;
- **PL 5015/2019**, que institui a Semana da Educação Olímpica nas escolas públicas.
- **PL 5385/2019**, que criminaliza a conduta de quem adultera sinal identificador de veículo não categorizado como automotor
- **PLC 162/2015**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para inserir, como despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino, aquela realizada com atividades curriculares complementares

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

**Resultado:** O Plenário do Senado aprovou o PL 3.006/2022, que transforma cargos vagos de servidores efetivos do quadro de pessoal do Ministério Público do Trabalho (MPT) em cargos de subprocurador-geral do Trabalho, procurador regional do Trabalho e cargos em comissão. Também foi aprovado o PL 1.836/2019, que institui a campanha Janeiro Branco, dedicada à promoção da saúde mental. As duas matérias seguem para sanção presidencial.

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, confirmou após reunião de líderes desta quinta-feira (30) que determinou a instalação das comissões mistas para análise das medidas provisórias (MPs), conforme estabelece a Constituição. Durante entrevista à imprensa, ele enalteceu a sinalização da Câmara dos Deputados em concordar com a votação das medidas provisórias do atual governo — consideradas mais importantes pela equipe ministerial—, mas ressaltou que nenhum líder do Senado referendou a proposta de mudança regimental para alterar a paridade da composição dos colegiados.

**Comissão de Constituição e Justiça – 29/03**

**ITEM 2 - PL 3713/2019**, que altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

O relator, Senador Alessandro Vieira, apresentou parecer favorável ao Projeto, e às Emendas de nº 1 a 4, na forma do Substitutivo.

**Resultado: Não deliberado**

**ITEM 4 - PL 1899/2019**, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar a contratação de pessoa física condenada pelos crimes que especifica.

O relator, Senador Esperidião Amin, apresentou parecer pela aprovação do Projeto, nos termos dos Substitutivo.

**Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a turno suplementar.**

**Comissão de Segurança Pública – 29/03**

**ITEM1 - PL 3283/2021**, que altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

O relator, senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), apresentou parecer favorável, com quatro emendas.

**Resultado: Foi designado novo relator à matéria durante a sessão da Comissão. O novo relator, Senador Hamilton Mourão, apresentou parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CSP, com as modificações apresentadas. A matéria segue para análise na CCJ.**

**Comissão de Assuntos Sociais – 29/03**

**PL 3.813/2021**, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para

criminalizar a criação e divulgação de notícias falsas (fake news), notadamente em casos envolvendo a saúde pública.

O relator, senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), apresentou parecer favorável.

**Resultado:** A matéria não foi deliberada. Foi aprovada a realização de audiência pública sobre o tema (ainda sem data).

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 27 a 30/03

A pauta do Plenário da Câmara ainda não foi divulgada. Todavia, O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou nesta semana a Câmara realizará esforço concentrado para votação de medidas provisórias. As MPs são:

- MPV 1142/22 - Prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde. Expira em: 09/05/23.
- MPV 1145/22 - Tabela de Taxas de Serviços Metrológicos. Expira em: 24/05/23.
- MPV 1146/22 - Fator de conversão da retribuição básica. (Alteração da Lei de Retribuição no Exterior - LRE). Expira em: 28/05/23.
- MPV 1147/22 - Redução das alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes no transporte aéreo de passageiros. Expira em: 30/05/23.
- MPV 1148/22 - Amplia o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação. Expira em: 31/05/23.
- MPV 1149/22 – Dispõe sobre a gestão e a operacionalização dos pedidos das indenizações previstas no art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com vistas a assegurar a sua continuidade, (Pedidos de indenizações do Seguro DPVAT 2023). Expira em: 31/05/23.
- MPV 1150/22 – Proteção da vegetação nativa. (Prazo para adesão aos Programas de Regularização Ambiental - PRAs). Expira em: 01/06/23.
- MPV 1151/22 – (Atratividade das concessões em unidades de manejo florestal). Expira em: 01/06/23.

- MPV 1152/22 – Dispõe sobre as regras de preços de transferência. (Novo marco legal para a matéria de preços de transferência no Brasil). Expira em: 01/06/23.
- MPV 1153/22 – Prorrogação da exigência do exame toxicológico periódico. Expira em: 01/06/23.

**Resultado:** Foram aprovadas as seguintes MPs:

- MPV 1145/2022 - Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, quanto à Tabela de Taxas de Serviços Metrológicos
- MPV 1146/2022 - Altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, quanto ao fator de conversão da retribuição básica NOVA EMENTA: Altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, para estabelecer regras de aplicação do fator de conversão da retribuição básica.
- MPV 1148/2022 - Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação
- MPV 1150/2022 - Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.
- MPV 1151/2022 - Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências.
- MPV 1152/2022 - Altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoa Jurídicas - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para dispor sobre as regras de preços de transferência

**Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – 28/03 – 14h – Plenário 01**

Audiência pública com o Ministro da Justiça, Flávio Dino, para tratar sobre política de armas, ações pós-8 de janeiro e prioridades do ministério.

**Resultado:** O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, negou que tenha sido informado previamente pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) dos ataques às sedes

dos três Poderes, em 8 de janeiro. “Inventaram que eu recebi um informe da Abin, que é tão secreto que ninguém nunca leu, nem eu mesmo. Por quê? Por uma razão objetiva: eu jamais o recebi”, disse.

Dino disse ainda que o governo federal não foi omissivo. Segundo ele, dias antes, conversou por telefone com os governadores do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, de São Paulo, Tarcísio Freitas, e do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, e ouviu deles que os governos, encarregados do policiamento ostensivo e da manutenção da ordem pública, cumpririam suas funções constitucionais. Ele lembrou que a Polícia Federal não tem atribuições de policiamento ostensivo e que o acionamento da Força Nacional dependeria de pedido prévio do governo do Distrito Federal, o que não ocorreu.

Em relação à nova política de armas do governo federal, o ministro afirmou que o objetivo da medida é combater o poder das facções criminosas, que, segundo ele, se alimentam de armamentistas que não atuam dentro da lei. Editado em 1º de janeiro, o Decreto 11.366/23 suspendeu novos registros de clubes e de escolas de tiro no País e também de CACs. Entre outras alterações, o texto impede CACs com registro ativo de adquirirem armamentos e munições de uso restrito, e cria novos limites para a compra de equipamentos de uso permitido.

Para acessar ao vídeo da audiência, [clique aqui](#).

**Seminário Sobre Anistia no Brasil – 28/03 – 16h – Auditório Freitas Nobre**

A Segunda-Secretaria promove o Seminário sobre Anistia no Brasil, que se propõe a debater uma concepção ampliada sobre os direitos à memória, à verdade, à justiça e à reparação no contexto de reconstrução da democracia e das políticas públicas no país. A proposta é trazer à tona a discussão acerca da necessidade de que as políticas a serem construídas e reconstruídas neste campo possam avançar para além das demandas históricas e das pendências da transição democrática, incorporando formas de reconhecimento e reparação a outras graves violações de direitos humanos que marcam a trajetória histórica brasileira, tais

como o genocídio do povo indígena, o racismo estrutural e o extermínio da juventude negra e favelada.

Programação:

16h - Mesa de abertura: falas institucionais e de parlamentares

17:30 - Mesa: Memória, Verdade, Justiça e Reparação Hoje

- Representante do movimento negro
- Representante do movimento de familiares de violência policial
- Representante do movimento de familiares de vítimas da ditadura
- Representante do movimento indígena
- Representante das organizações de direitos humanos e liberdade de expressão

Mediação: Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia

**Resultado: Realizada.**

<b>Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – 29/03 – 10h – Plenário 01</b>
---

**ITEM 7 - Redação final - PL 1269/2022**, que acrescenta o Art. 16-A na Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências, especificamente nos efeitos jurídicos das declarações de indisponibilidade de bens.

O Deputado Lafayette de Andrada é o relator da matéria.

**Resultado: Aprovado. A matéria segue para o Senado Federal.**